



ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPEMIRIM

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às treze horas, no Auditório do Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim/ES, com a presença de Carina Prado da Silva, SEMMA CI; Valcir Moreira Pagio, PMCC; Ana Eloisa Sorrilha, SAVAC; Mateus da Mota Salvador, PMVN; Luciano Padella, PMM; Marcio Menegusse Menon, PMAV; Augusta Rosa Gonçalves, ICMBio; Renata Figueira Alexandro de Carvalho, Usinas Paineiras; Fabiana Ramos Dias Caçador, AEFES; Vinicius Rocha Leite, Consultoria Ambiental; Jose Arnaldo Alencar, Messes; Liezer Guarnier Fim, Cesan; Julio Glauco Pontes da Silva, SAAE Itapemirim; Sabrina Silva Zandonade, Consórcio Guandu; Bruno de Lima Preto, IFES; Wesley Mendes, Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim; Leandro França Rosa, Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim; Edmilson da Silva Moulin, Sindicato dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares Cachoeiro de Itapemirim; Felipe D. Brandão, AGERH e Paulo Henrique Moulin Breda, BRK Ambiental. Teve início à reunião com a palavra da Presidente, Carina, agradecendo a presença de todos. Em seguida a Sr^a Ana Eloisa conferiu o quórum e a plenária aprovou as atas da 54ª Reunião Ordinária e da Assembleia Eleitoral. Ana Eloisa passa a palavra ao Paulo Breda fala da importância da delegatária para um Comitê, uma vez que para captar recursos os Comitês não têm essa autonomia. O Edital a princípio foi elaborado para um Agência de Bacia, entretanto ainda não há cobrança e a Lei Estadual 10.179/14 e a Federal 9.433/97 diz que um Comitê somente poderá ter um Agência de Bacia quando estiver implantado a cobrança dos recursos hídricos. Após buscarmos as informações necessária juntos aos técnicos da AGERH, poderemos ter uma Secretária Executiva, onde uma entidade poder ser escolhida pelo Plenário e que esteja dentro das diretrizes do CBH-Itapemirim. Durante as reuniões do Plenário, ficou decidido a elaboração do Edital para o Chamamento de uma Instituição sem fins lucrativos que estivesse interessado em captar recursos para a implementação das ações do Plano de Bacia do CBH-Itapemirim. Ana Eloisa apresenta o Edital para a Secretaria Executiva e explica que a Entidade terá que captar recursos e não há garantia de receber recurso do Procomitê. Leandro fala que para a captação de recurso sem ter certeza de receber é um desafio e que para exercer todas as funções que consta no Edital, não haverá candidatos, pois é uma responsabilidade em que não há garantias. Augusta fala das linhas de pesquisa, da captação de recursos tanto privado como público para ações na bacia. Luciano fala das dificuldades de captar recursos e que as entidades não irão se apresentar. Felipe fala que com a incerteza de não receber os recursos sejam privados ou públicos, será difícil uma entidade se apresentar pelas obrigações do Edital. Glauco diz que é muito importante o acesso ao dinheiro para que seja feitas ações na bacia e que o recurso do Procomitê fica retido no Estado. Bruno pergunta qual seria a porcentagem



administrativa para entidade caso consiga recurso. Ana Eloisa fala que na lei é estipulado 7,5% do montante para as despesas administrativas da entidade. Paulo diz que como não é uma Agência de Bacia, esse percentual pode ser alterado e que já vem estipulado nos projetos. Luciano diz que não bem assim, existe recursos que não há um valor para administração da entidade e que poderia ser feito um edital para cada tipo de ação. Vinicius diz que se houver um local do CBH-Itapemirim para desenvolver os projetos para captação de recursos a Instituição dele se candidata. Leandro diz que o Sindicato ou qualquer outra instituição, que seja representante do Comitê, terá que ter um aconselhamento com advogados devidos a implicações jurídicas e pergunta se o CBH-Itapemirim tem personalidade jurídica. Glauco responde que não. Leandro fala da possibilidade de um cadastro de voluntários para apoiar as execuções das ações do Plano de Bacia. Paulo fala que o único recurso vem do Procomitê e vai para a conta do Estado. Paulo pergunta ao Leandro o que fazer? Leandro responde dizendo da possibilidade de convidar as entidades para ajudar as ações do CBH-Itapemirim sem as obrigações descrita no Edital, pois não garantia de recursos. Wesley fala que as entidades têm que estar estruturadas e pergunta sobre os fundos municipais. Carina responde que todos os municípios que licenciam possuem um fundo. Luciano fala que nem todas as instituições podem receber os recursos públicos diretamente e que há algumas restrições. Houve uma dúvida entre os membros do Plenário e a presidente Carina disse que que todos que souberem de uma pessoa que tenha esse conhecimento, que mande para os componentes da Câmara Técnica da Secretaria Executiva para contato. Wesley fala da responsabilidade dos governos, estadual e municipais, para discutir a captação de recursos e das regras documentais das entidades. Paulo diz então que será elaborado um Chamamento, mais simples e que em novembro será apresentado ao Plenário. Augusta diz que quem tiver as informações relativa à dúvida surgida nessa reunião, passar para os membros da Câmara Técnica de Agência de Bacia. Sem mais assuntos para tratar a reunião foi encerrada, e eu Ana Eloisa Sorrilha lavrei esta Ata e assino com os demais presentes na lista de presença.